

IMPOSTO

Prefeitura arrecada R\$ 245 mi com IPTU e Refis na Capital

227 mi

DE REAIS
Foram arrecadados apenas no pagamento do Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU)

Recursos foram utilizados para aliviar as contas da administração municipal

PAULA VITORINO

O caixa municipal recebeu o reforço de mais de R\$ 245 milhões com o pagamento antecipado do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e as negociações do Programa de Conciliação Fiscal (Refis). O prazo terminou no dia 10. Os recursos oriundos dos contribuintes foram o "reforço" que ajudou a aliviar as contas municipais atrasadas neste início de ano, como o pagamento de salário dos servidores.

A maior parcela da verba vem dos contribuintes que pagaram o IPTU antecipadamente, até dia 10 de fevereiro, para aproveitar os descontos oferecidos - de 10% à vista e 5% parcelado em até cinco vezes. Foram cerca de R\$ 188 milhões arrecadados em janeiro e R\$ 39,2 milhões em fevereiro, totalizando mais de R\$ 227 milhões.

O secretário municipal de Finanças e Planejamento (Se-

fin), Pedro Pedrossian Neto, avalia como "positivo" o resultado. A expectativa inicial da prefeitura era de conseguir receita de pelo menos R\$ 150 milhões com a antecipação do pagamento do imposto.

REFIS

Outra parte do recurso é oriunda das ações do Refis, que totalizou receita de cerca de R\$ 18 milhões neste ano. O programa, que teve início no ano passado, foi estendido pela nova administração municipal logo no início de janeiro, com o prazo prorrogado até o dia 10 de fevereiro.

Entre novembro e dezembro do ano passado, as negociações por meio do Refis renderam aproximadamente R\$ 20 milhões para os cofres municipais. Pedrossian define o resultado como "satisfatório". "Se a economia estivesse mais aquecida, poderia ter sido melhor. As pessoas poderiam ter aderido mais. Se a gente tivesse tido mais tempo pa-



REFIS. Renegociação de dívidas com impostos terminou no dia 10 e atraiu grande volume de pessoas

ra planejar ações, também poderia ter sido melhor", analisa.

O programa oferecia a oportunidade de o contribuinte pagar dívidas com desconto de 90% nos juros de mora e 75% nas multas no pagamento à vista. Para o pagamento parcelado (em até 5 vezes), há redução de 75% dos juros de mora e 50% das multas.

Pedrossian afirma que a administração não deve fazer outro Refis "tão cedo". Ele explica que a prefeitura "não quer criar uma cultura de Refis", estimulando os contribuintes a não pagarem os tributos no prazo, esperando para negociar com descontos. "O Refis tem de ser medida excepcional", frisa. Hoje, a Sefin deve detalhar em que o recurso arrecadado foi aplicado e a atual situação do caixa municipal. Pedrossian também deve divulgar a nova estimativa de arrecadação com o IPTU em 2017.

FERROVIA

MS estuda aderir a corredor bioceânico

O corredor bioceânico ferroviário ligando Santos (SP) a Ilo (Peru) deve ser a saída para Mato Grosso do Sul reativar a malha paralisada desde 2015.

O projeto foi apresentado ontem pelas autoridades da Bolívia ao governador Reinaldo Azambuja, em reunião realizada em Corumbá. "É a melhor alternativa", disse Azambuja, entusiasmado com a proposta. O novo corredor terá 3.700 quilômetros, dos quais mais de 80% já implantados, e a grande vantagem do projeto boliviano, segundo o governador, é a possibilidade concreta de uma integração comercial com o Paraguai, país com o qual o Estado já tem uma forte relação, bem como a Argentina e o Chile, países que se unem a esta malha por meio de ramais já em operação. Para unir Santos a Ilo ainda faltam 200 km de ferrovia dentro do território boliviano.

"Entendemos que, de todas as alternativas de corredores bioceânicos em discussão, este apresentado pela Bolívia é o mais viável, até pela infraestrutura já existente e a interconexão com vários países. É o futuro da integração da América Latina", analisou o governador.

COMPETITIVIDADE

Para o governador, a proposta boliviana, que já tem a anuên-

cia do Paraguai, da Argentina e do Peru, proporciona "viabilidade total" e consolida, de fato, a integração do continente - além de encurtar em dias e milhas náuticas o transporte da produção do Estado e do País, hoje canalizada nos portos de Santos e Paranaguá, via Oceano Pacífico. "Ganharemos mais competitividade e parte desse corredor já pode ser usado para exportar e importar", disse.

A reunião contou com as presenças do representante do Ministério das Relações Exteriores, João Carlos Parkinson de Castro, e do ministro boliviano Milton Carlos Hinjosa, de Obras Públicas, Serviços e Habitação. O governo da Bolívia pede formalmente, por meio de MS,

a adesão do Brasil à iniciativa.

FERROVIA É VIÁVEL

Azambuja adiantou que levará o estudo ao ministro das Relações Exteriores, José Serra, reforçando o interesse do Estado na consolidação do corredor ferroviário, e, ao mesmo tempo, retomará as discussões com o governo federal e com a concessionária da Malha Oeste, a ALL/Rumo, para recuperação da ferrovia entre Três Lagoas e Corumbá. "Há uma perspectiva clara de cargas e integração, o que viabiliza estes investimentos no trecho", explicou.

O representante do Ministério das Relações Exteriores, João Carlos Parkinson de Castro, que atua na coordenação-geral de assuntos econômicos da América do Sul, foi enfático ao afirmar

que o governo brasileiro vai cobrar uma posição da ALL/Rumo em relação à operacionalidade da Malha Oeste, hoje sucateada. "A concessionária não tem interesse em recuperar a ferrovia e, ao contrário do que diz, a malha é rentável, como demonstra este projeto da Bolívia", pontuou.

GÁS

O governador disse ontem que poderá recorrer ao presidente da República, Michel Temer, para que MS não seja prejudicado pela decisão da Petrobras de reduzir drasticamente a compra do gás boliviano, cuja medida vem impactando as finanças do Estado e dos municípios. "A Petrobras, inexplicavelmente, reduziu o bombeamento do gás da Bolívia nos últimos anos, de 30 milhões de metros cúbicos para 11 milhões de metros cúbicos, talvez por uma estratégia de mercado, mas não podemos aceitar uma medida que traga prejuízos ao nosso estado", disse Azambuja, que já pediu uma audiência com o presidente da estatal, Pedro Parente, para cobrar uma explicação e formalizar o posicionamento do seu governo.



ENCONTRO. Governador esteve reunido com ministros da Bolívia

PROPOSTA

Usina de Bumlai pode ir para leilão judicial

COM AGÊNCIAS

A Usina São Fernando, localizada em Dourados, deve ir a leilão judicial. A proposta será feita pela família do empresário José Carlos Bumlai - preso no âmbito das investigações da Operação Lava Jato - na assembleia geral dos credores, marcada para o dia 9 de março.

Segundo matéria do G1, a EXM Partners, consultoria que assessora o grupo São Fernando no processo de reestruturação, informou que, para a venda, deverá ser constituída uma Unidade Produtiva Isolada (UPI), que inclua a usina de cana-de-açúcar e as duas unidades de cogeração. Wendel Caleffi, sócio da EXM Partners, explicou ao G1 que três grupos empresariais, alguns internacionais, já demonstraram interesse na aquisição da usina. Ele comentou que a expectativa é de que, com uma negociação com os credores, um destes grupos adquira a usina, assumindo um endividamento menor que o valor nominal, em torno dos R\$ 850 milhões.

A indústria, conforme Caleffi, segue operando. A moagem da safra 2016/2017 deve ser concluída até 20 de mar-

1,3 bi

É O VALOR
Da dívida nominal da Usina São Fernando, que está em recuperação judicial

ço, com a projeção do processamento de 2,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, um volume acima da safra passada. Com capacidade instalada de 4,2 milhões de toneladas, a indústria tem, de acordo com o consultor, 1,3 mil colaboradores diretos e pelo menos 2 mil indiretos.

A São Fernando está em processo de recuperação judicial desde 2013 e tem uma dívida nominal de R\$ 1,320 bilhão, sendo 99% com bancos e fornecedores.

A assembleia geral dos credores foi marcada pelo juiz da 5ª Vara Cível de Dourados, Jonas Hass Silva Júnior, para as 9h do dia 9 de março, no espaço Cerrado Brasil, em Dourados. Caso seja necessário, a segunda convocação também já tem data definida, 16 de março, no mesmo horário e local.

INDICADORES

EURO
R\$ 3,3052

DÓLAR
R\$ 3,1101

BOVESPA
66.967
1,28%

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 13 de fevereiro de 2017

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (Jan/Fev)	24,43
UAM/MS (Fev)	3,5719
UFIR (Out 00)	1,0641

INFLAÇÃO

Fonte: FOLHA

Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente					
ÍNDICES	OUT	NOV	DEZ	JAN	12M.
IPC (IBGE) (%)	0,26	0,18	0,30	0,38	9,32
IPC (IBGE) (%)	0,17	0,07	0,14	0,42	9,82
IGP-M (FGV) (%)	0,16	0,03	0,54	0,64	12,21
IGP-DI (FGV) (%)	0,13	0,05	0,83	0,43	11,26
IPC (FGV) (%)	-0,27	0,15	0,72	0,32	9,98
IPC (C. GDP) (%)	0,33	0,20	0,39	-	6,82

POUPANÇA

	ANTIGA POUPANÇA (Dep. feitos até 03/05/2012)	NOVA POUPANÇA (Dep. feitos a partir de 04/05/12)
14/2 = 0,6392	14/2 = 0,6392	

CÂMBIO

Em R\$		
Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,1095	3,1101
DÓLAR TURISMO (BB)	2,9600	3,2700
DÓLAR PARALELO	3,1169	3,1175

SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2017 **R\$ 937**

ALUGUEL

Reajustes de aluguel e outros contratos Acumulado % até julho(*) até agosto(*)	
Índices Trím. Quad. Sem. Anual Trím. Quad. Sem. Anual	
FEF	0,45 0,99 2,27 5,38 0,54 0,79 2,08 5,49
IGP-DI	-1,63 -1,19 1,13 5,05 -1,12 -1,57 0,34 4,63
IGP-M	-1,48 -0,70 1,34 5,32 -1,61 -1,74 0,68 4,89
INPC	0,99 1,78 3,27 6,33 0,57 1,17 2,80 6,35

*Acumulado até julho reajusta alugueis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

INSS

Contribuição à Previdência Social

Janeiro/2017

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2017.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.659,38	8
De 1.659,39 até 2.765,66	9
De 2.765,67 até 5.531,31	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
937,00	5*
937,00	11**
880,00 até 5.189,82	20

* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência - Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011
** Plano simplificado - Lei complementar 123, de 14/12/2006.

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 13 de fevereiro de 2017

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	24,00	28,00
Soja (60 kg)	61,50	63,00
Algodão (arroba)	26,00	26,00

Bovinos

Arroba à vista	Mínimo	Máximo
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	135,00	135,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	126,00	126,00